

Reforma Tributária

nº 12 • 02 junho 2023



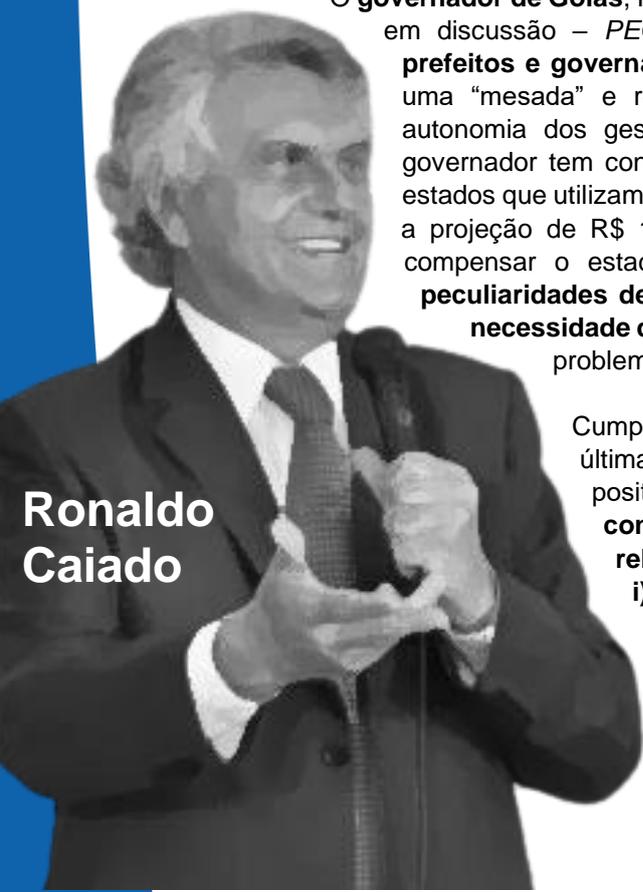
Desde que o Grupo de Trabalho (GT) do Sistema Tributário Nacional (STN) da Câmara dos Deputados encerrou o ciclo de audiências públicas sobre a matéria, no último dia 11 de maio, **as discussões se intensificaram em fóruns paralelos**, mas em geral com a participação dos principais atores envolvidos, os deputados Reginaldo Lopes (PT/MG), coordenador do GT, e Aguinaldo Ribeiro (PP/PB), bem como de Bernard Appy, Secretário Extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda.

Nas últimas semanas, o esforço tem sido para reduzir divergências, mas ainda há muitas incertezas sobre o texto que será apresentado. Nesse sentido, ressalta-se que o relator adiou mais uma vez a data para apresentar seu parecer. **No próximo dia 6, Aguinaldo Ribeiro deverá apresentar apenas as “diretrizes” do texto**, consolidando as discussões ocorridas durante o funcionamento do GT. Por sua vez, **o substitutivo somente deve ser apresentado quando houver sinalização de inclusão da matéria na pauta do Plenário da Câmara.**

As questões que ainda estão em aberto têm causado **manifestações mais contundentes por parte dos críticos da Reforma**. Em primeiro lugar, começam a se avolumar as preocupações de alguns estados, contrariando o apoio que o Comitê de Secretários da Fazenda dos estados e do DF (Comsefaz) tem dado à Reforma – *as decisões do Comitê são adotadas por maioria simples dos entes, situação que favorece que estados tenham posições individuais diversas do Comitê.*

O **governador de Goiás, Ronaldo Caiado**, tem sido um crítico enfático às principais propostas em discussão – *PECs 45/2019 e 110/2019* –, afirmando que elas **transformarão prefeitos e governadores em “meros ordenadores de despesa”**, que vão receber uma “mesada” e repassá-la. Segundo Caiado, as disparidades regionais exigem autonomia dos gestores para serem superadas e garantir o desenvolvimento. O governador tem contestado a proposta da criação de um Fundo para compensar os estados que utilizam incentivos fiscais para promover o desenvolvimento, afirmando que a projeção de R\$ 14 bilhões para esse instrumento somente seria suficiente para compensar o estado de Goiás e, ainda assim, com dificuldades. Para ele, **as peculiaridades de cada região brasileira e o histórico político apontam para a necessidade de simplificações e avanços por etapas**, enfrentando os principais problemas, mas sem a necessidade de uma Reforma estruturante.

Cumprе mencionar que no último **Fórum de Governadores**, realizado na última semana de maio, a maior parte das autoridades fez uma “avaliação positiva” da Reforma, mas salientou que **um apoio efetivo está condicionado aos detalhes que ainda serão consolidados pelo relator**. Os principais pontos de preocupação dos governadores são: i) o **Conselho Gestor** do imposto sobre bens e serviços (IBS); o ii) a **transição**, e as compensações a serem feitas no período para os estados que perderem arrecadação; e iii) o **Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)**. A respeito do FDR, os



**Ronaldo
Caiado**

governadores do Nordeste defenderam que o fundo disponha de pelo menos R\$ 80 bilhões apenas para a região – a demanda foi feita durante seminário sobre a Reforma na Federação das Indústrias do Ceará (FIEC) nesta sexta (2).

Ainda na perspectiva federativa, a maioria dos prefeitos de capitais e de grandes cidades, representados pela Federação Nacional dos Prefeitos (FNP), continua reticente em relação à Reforma Tributária. Nas últimas semanas, **a crítica mais contundente tem vindo por parte do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, para quem as propostas deixarão os municípios com “pires na mão”** para custear suas políticas públicas, **à medida que extinguem o imposto sobre bens e serviços (ISS)**, cujas receitas têm crescido nos últimos anos – a FNP vê com desconfiança as projeções feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o qual tem afirmado que somente 16 municípios teriam perdas de receita ao final do período transição. Ademais, **muitos prefeitos receiam serem “diluídos” no Conselho Gestor do IBS**, considerando a preponderância da União e dos estados.

Já pela **ótica setorial**, os segmentos de **serviços e da agropecuária** seguem criticando a Reforma, haja vista o **aumento da carga tributária que projetam com uma alíquota única** do IBS – os dois macrossetores defendem um tratamento diferenciado. Apesar de o coordenador do GT já ter mencionado em diversas ocasiões que deverão ser previstas ao menos três alíquotas – *padrão, reduzida (“de equilíbrio”) e zero* –, as definições sobre os reais impactos ainda ficarão em aberto até que o texto seja apresentado pelo relator. Em outra frente, alguns membros do GT acreditam que o relator deve prever **regimes diferenciados ao menos para quatro setores: combustíveis, serviços financeiros** – ambos já haviam sido contemplados pelas PECs 45 e 110/2019 –, **seguros e construção civil**. Ademais, **entidades do setor de serviços têm defendido a inclusão da desoneração da folha na Reforma Tributária** e que sejam discutidas novas formas de financiamento da Previdência Social.

A pouco mais de um mês para o recesso parlamentar – que se inicia em 18 de julho – **ainda não há sinais claros de que a matéria será votada pela Câmara**. Destaca-se que, quando da formação do GT, no mês de fevereiro, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP/AL), afirmou que os deputados iriam aprovar a PEC até o final de maio. Nos últimos dias, porém, **Lira tem dito que garantirá uma discussão ampla da matéria, mas não sua aprovação**. O cenário tem se tornado ainda mais incerto diante da **desorganização da articulação política do governo**, que tem enfrentado sucessivas derrotas na Câmara em razão da dificuldade de construir uma base que lhe garanta segurança nas votações. Com efeito, depois da última semana, em que a Medida Provisória (MPV) da reestruturação da Esplanada quase perdeu efeito, **Lira disse que o governo deve “andar com suas pernas”** e que a Câmara não fará mais “sacríficos” para votar matérias prioritárias do Executivo, pontuando que a MPV da Esplanada somente foi aprovada porque houve votos dos independentes e de parlamentares da oposição. Nessa perspectiva, as tensões políticas, caso não sejam devidamente equacionadas, se somarão às divergências setoriais e federativas que têm dificultado o avanço da Reforma.

